

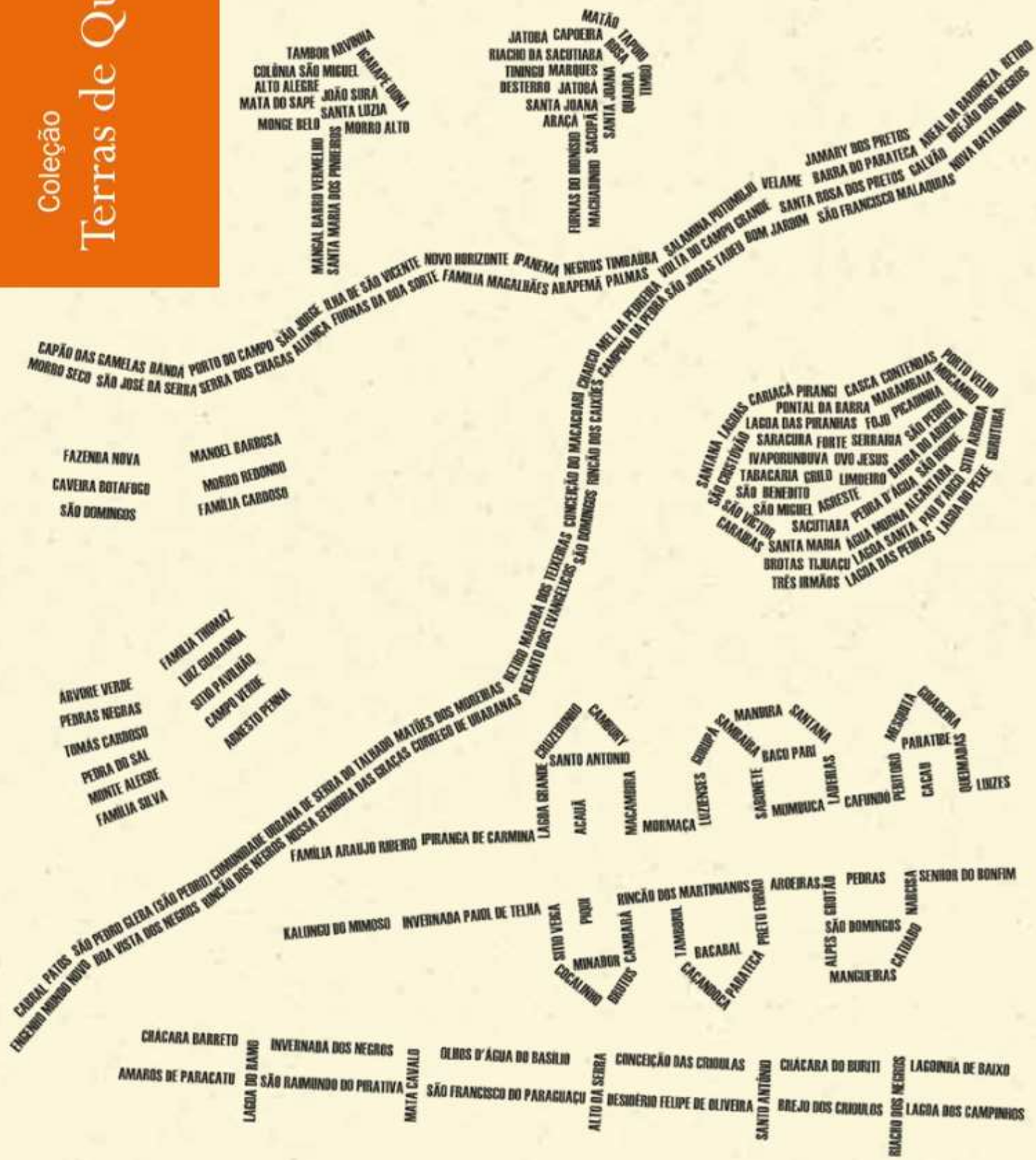


Coleção

Terras de Quilombos

Maranhão

Comunidade Quilombola Jamary dos Pretos



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

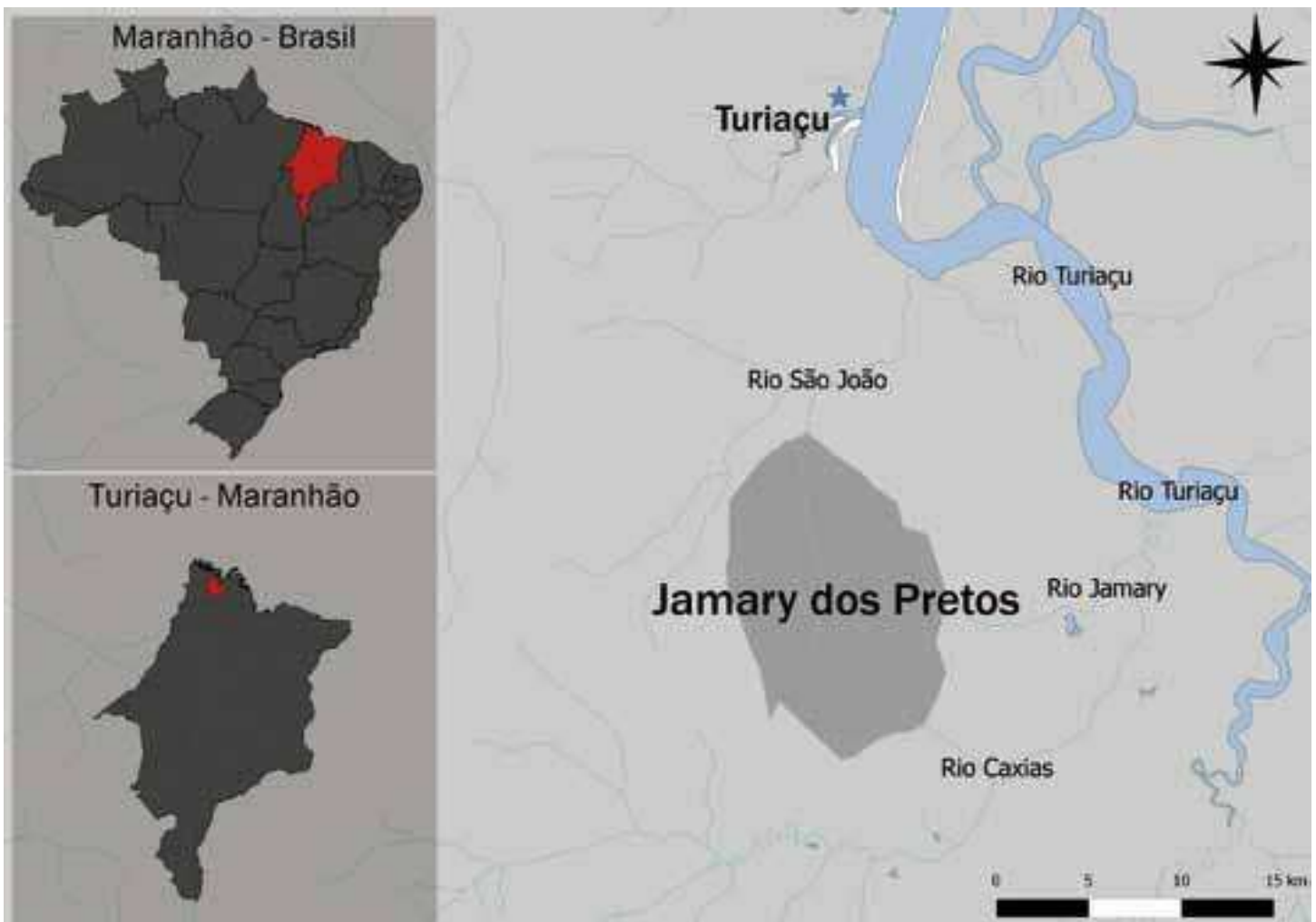
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Jamary dos Pretos

O Quilombo de Jamary dos Pretos está localizado a leste do município de Turiaçu, na baixada ocidental maranhense, microrregião do Gurupi, nas proximidades da divisa do Maranhão com o Pará. Com área de 14.676 hectares, dos quais 6.613ha já titulados pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), e população estimada em mais de 1,5 mil pessoas, distribuídas em cerca de 300 moradias, Jamary dos Pretos, também conhecido como Mocambo, teve longa história de lutas e perseguições até ter a posse coletiva parte de suas terras assegurada em 1997 por um decreto do governo estadual, baseado no artigo 68 do ADCT.



A referência mais antiga ao quilombo de Jamarý em documentação oficial data de 1841 e consta em um “auto de apreensão de escravos fugidos”. Décadas antes, os primeiros quilombolas, ao saírem das fazendas de algodão e dos engenhos de açúcar da região, adentravam as matas de difícil acesso para escapar da sua condição de escravizados e da vida de maus-tratos e humilhações a que estavam submetidos. Nessa época o Jamarý passou a ser reconhecido como “terra de pretos livres” ou “lugar velho de moradia de pretos livres”. Ali, eles viviam de acordo com as próprias determinações, cultivando a terra e se relacionando com o ambiente de modo harmonioso e pacífico.

A diversidade de atividades econômicas desenvolvidas no território permitiu que os quilombolas se estabelecessem e se mantivessem na região. Dentro de suas matas era possível caçar, pescar, desenvolver uma agricultura de subsistência e comercializar seus excedentes, criar algum gado e animais de pequeno porte, comercializar fumo e algodão. Apesar do difícil acesso, principalmente no período das chuvas, que no Maranhão ocorre entre janeiro e julho, o Jamarý nunca foi uma área completamente isolada, sempre mantendo relações com o seu entorno. Ainda no século 19, parte da produção de seus roçados nos quilombos era adquirida por pequenos comerciantes, chamados regatões, que se deslocavam em embarcações pelos rios e igarapés. Eram fazendeiros e negociantes que abasteciam as vilas próximas, como Santa Helena, Carutapera e mesmo Turiaçu.

A produção de alimento do mocambo Jamarý representava uma parcela importante do que era comercializado localmente. Não interessava aos negociantes que o quilombo fosse desmantelado, por isso mantinham sua localização em segredo. Esse intercâmbio comercial também permitia que os mocambeiros se mantivessem informados, de modo que quase sempre sabiam das investidas do governo da província para reprimir e desmontar os quilombos da região. Essa intensa relação comercial formava uma rede de proteção ao Jamarý, possibilitando a sua continuidade.

A região entre os rios Turiaçu e Gurupi pertenceu à província do Pará e somente em 1852 foi incorporada à província do Maranhão. A

população negra nas duas províncias aumentava devido a um porto clandestino localizado em Turiaçu, no qual os escravizados eram desembarcados sem qualquer controle alfandegário. Não é possível determinar com precisão a quantidade de negros trazidos para a região durante o período colonial e no império. A falta de controle também acontecia com relação aos negros fugidos. A repressão aos quilombos – seja da administração colonial, seja da imperial – não foi eficaz nem para conter, nem para resgatar os negros fugidos. Assim, a cada vez que um quilombo era desmantelado, outros surgiam.

O período de formação dos quilombos de Turiaçu coincidiu com a crise internacional dos preços dos principais produtos da economia monocultora. A crise contribuiu para a desagregação das grandes fazendas e dos engenhos da região, sustentados com mão de obra escravizada. Com o abalo no poder econômico e o crescente endividamento, sem conseguir o retorno esperado com seus produtos no mercado externo, os proprietários se viam sem forças para continuar explorando a terra. Com esse quadro tornava-se difícil manter os negros escravizados, que escapavam ao controle. O momento foi propício para o estabelecimento dos quilombos.

Os mocambos da região eram pequenos, com número reduzido de moradores, em áreas remotas mata adentro. Os mocambeiros não faziam grandes construções e tampouco grandes capoeiras, de modo a não chamar atenção dos caçadores de escravos e também dos índios, das tribos Tembé e Urubu, com os quais rivalizavam pelas matas, muitas vezes em confrontos violentos. **“Meu pai foi do mocambo, ia e voltava, isto antes da liberdade chegar”**, conta o Sr. Sebastião Soares. **“Os pretos faziam suas rocinhas no meio da mata, por aí. Mesmo por aqui, havia brancos e índios que caçavam os pretos, e eles lutavam para ficar na mata.”**

A região ocupada pelo Jamary fica nas proximidades das antigas fazendas Santana, Santa Cruz, Santa Luzia (Tapera de Nhadona), Santa Bárbara e Cajual, formando as áreas de moradia dos pretos fugidos, entre as quais o Centro das Mangueiras e o Bonisário.

Portanto, os quilombos de Turiaçu circundam as fazendas de mão de obra escravizada. Todos esses lugares antes conhecidos como



Professora quilombola exhibe objeto arqueológico do tempo das grandes fazendas encontrado no quilombo. Fonte: Joeliton de Sousa Ribeiro, arquivo pessoal.

“colônias de pretos velhos” fazem parte do que hoje é conhecido como Jamary dos Pretos. “Nós vivíamos aqui no Jamary (sede do povoado) e também no Cajual, onde trabalhávamos no roçado e mantínhamos nosso rancho”, diz o Sr. Estanislau Mafra. “No Cajual tinha muita plantação de café ainda do tempo da escravatura, pois quando chegou a liberdade os senhores abandonaram as terras e quem tomou conta das plantações foram os pretos.”

Ainda que os quilombos fossem de difícil acesso, o isolamento não era regra. O caso do Jamary é exemplar neste aspecto. Havia uma rede de colaboração entre os mocambeiros e aqueles que permaneciam nas fazendas. Estes garantiam o fornecimento de certos artigos indisponíveis nas matas. Os mocambeiros também voltavam para buscar outros negros que permaneciam nas fazendas. “Meu pai cruzou muitas vezes com eles, que vinham até as fazendas buscar gente e coisas como sal, ferramentas, pólvora e outros gêneros que não conseguiam tirar da mata, voltando para as matas por aí”, revela o Sr. Estanislau. Eles vinham sempre à noite e pediam coisas que meu pai ajudava a carregar. Eles diziam

quando encontravam um negro ainda escravizado: “Olho oiou, mocambaiou; zoio olhou, boca calou’, para avisar que fosse respeitado o silêncio, fazendo-se segredo sobre o que foi visto para evitar a perseguição dos brancos, dos senhores e de seus soldados. Isso se passava ainda antes da liberdade, nos tempos da escravatura. Os pretos não gostavam de ficar sujeitos.”

Áreas de moradia e áreas de trabalho

O Jamary é formado pelas localidades de Arrudá, Outeiro das Queimadas, Santo Antônio, Restinga, Rancho do Arroz, Baixo do Amâncio, Boca do Caminho do Centro, Boca do Campo, Boa Vista e Cajual. Essas áreas de moradia também são denominadas de “bairros”. “Jamary é a reunião sede de onde estamos e das localidades em torno”, diz o Sr. João Freitas. “Tudo é Jamarizão, é nosso centro nesta terra.” Na sede do povoado está a maior concentração de moradias e também os espaços comunitários, como a escola, a igreja, casa de farinha, o barracão de festas e reuniões e o campo de futebol.

Os moradores do Jamary fazem uma distinção entre as áreas de moradia e as áreas usadas para atividades de produção. O trabalho é feito nos chamados “centros de roçado”, que ficam afastados da sede, em áreas cercadas por mata preservada com palmeiras e grandes árvores de madeira de lei. Nesses “centros” se encontram pequenos ranchos de moradia temporária, onde os quilombolas passam vários dias da semana sem voltar para as moradias habituais, dependendo do calendário agrícola, no caso dos roçados mais distantes da sede. Cada família tem seu centro de roçado, mas o termo se refere também ao conjunto das áreas individuais de trabalho de forma indistinta.

As terras do Jamary são de uso comum e transmitidas hereditariamente há mais de 150 anos. Seus moradores são todos aparen-

tados. “Todo este povo é parente, ou por nascimento, ou por casamento, uma parentada só”, garante Dona Anastácia Ribeiro. Devido a esse fato, é possível reconstruir a genealogia dos quilombolas até chegar a ancestrais comuns que foram ex-escravizados e mocambeiros. Dessa forma, evidencia-se a antiguidade da ocupação por parte dos quilombolas. “Nasci e me criei neste lugar”, diz orgulhoso o Sr. Estanislau. “Meu pai se chamava Marciano Mafra, foi escravo da Fazenda Cajual. Minha mãe se chamava Rita e era do Jamarý mesmo, nasceu na mata.”

Na reconstituição genealógica do Jamarý é possível encontrar quatro famílias principais, todas descendentes de ex-escravizados: os Mafras, os Ribeiros, os Souzas e os Soares. Os negros adotaram os nomes dos donos das fazendas das quais eram oriundos, desde os primeiros tempos do quilombo. A relação com a família é muito importante para os quilombolas, todos ligados por laços de solidariedade, que aparecem inclusive no trato com a terra. Exemplo disso são os já referidos “centros de roçado”, cujo critério para definição do local de plantio de cada unidade familiar é a proximidade das áreas escolhidas por outras gerações da sua família. Assim, um filho procura sempre uma área próxima à do pai, do avô ou do tio, porque isso facilita a troca de serviço num momento de necessidade. “Cada um fica na área que era do pai, do tio ou dos avós”, conta o Sr. Raimundo. “Quando quer mudar, procura um lugar não muito longe para trabalhar, não muito longe porque é sempre bom ficar perto da família e dos amigos, um pode ajudar o outro. Mas toda terra por aqui é livre para o povo, é tudo coletivo.”

O trato com a terra é cuidadoso. Os moradores dão muita atenção ao manejo e à preservação dos recursos naturais, que são abundantes na região. Muitos rios e igarapés, além dos campos naturais, banham a região e fornecem o pescado. Os babaçuais são protegidos. Ninguém derruba as palmeiras, que entre os anos 1930 e 1980 garantiram a prática do extrativismo, principalmente pelas mulheres, para fins comerciais. Também são preservadas as árvores de madeira de lei, como forma de respeito à natureza.



Vista geral da sede do Jamary dos Pretos. Fonte: Joeliton de Sousa Ribeiro, arquivo pessoal.

O plantio é consorciado, sendo o milho o principal cultivo. No entanto, os quilombolas também cultivam mandioca, cará, arroz, feijão, abóbora, verduras, gergelim, banana, abacaxi, cana-de-açúcar e tabaco. Alguns moradores se dedicam à criação de gado como atividade secundária.

Os animais são identificados com ferros de cada família, mas os donos do gado nem sempre cuidam dos animais. Em geral é feito um acordo com um vaqueiro que cuida do rebanho todo. “Nossos vaqueiros são todos do Jamary mesmo”, diz o Sr. Raimundo. **“A gente trata com aqueles companheiros que gostam mais de tratar com o gado. Eu, por exemplo, tratei com o compadre Manuelzinho Ribeiro, morador do povoado, que é vaqueiro por gosto.** Nestes casos a gente conversa com o companheiro e faz um acordo para dar, dependendo do número de reses de que ele vai cuidar, um bezerro por ano, ou um tanto de farinha, ou então quando vende um boi dá uma ‘ponta’ (parte do valor da venda). Tudo depende do trato entre os companheiros.”

O manejo do gado bovino é feito em duas áreas de uso comum no território do Jamary, observando o período das chuvas e o período



Carregamento de farinha. Fonte: Joeliton de Sousa Ribeiro, arquivo pessoal.

da seca. São os pastos naturais e os campos naturais. Durante as chuvas os campos naturais ficam submersos, então o gado é conduzido para os pastos naturais, onde pode encontrar alimento e água em abundância. Com a seca, esse quadro muda, impossibilitando a permanência do gado, que é trazido de volta aos campos naturais, agora com os níveis de água mais baixos, mas ainda abundantes, e alimento suficiente. “O campo natural é diferente, é livre, aberto a todos, cada um usando e respeitando os outros”, explica o Sr. Josevaldo Oliveira. **“São nossos campos adotivos, que é o mesmo que campos comuns. Adotivo porque é nosso, nós adotamos o campo como pegamos um filho para criar. Lá se cria o gado à solta, e outros animais, todos soltos e livres, cada um sabendo o que é seu e respeitoso do que é do outro.”**

Manifestações culturais

Entre as manifestações culturais do Jamary, o festejo da padroeira Nossa Senhora das Graças, em 31 de dezembro, é o mais importante. O quilombo recebe visitantes de todo o município de Turiaçu e de

Santa Helena, além dos do Pará. Todos com laços de parentesco com os moradores locais. Nas três noites da festa acontecem bailes que entram pela madrugada. Também há apresentações de cantores, tocadores e dançadeiras de tambor de crioula. Durante os festejos acontecem as novenas e uma procissão com a imagem da Santa. O fim da festa é marcado pela escolha dos encarregados pelo festejo seguinte. O principal responsável é o chamado juiz de festa. Ele recebe ajuda dos mordomos, que são encarregados de receber oferendas para a Santa e o pagamento das promessas. Eles também têm uma cota de contribuição para os festejos.

Festa profundamente associada às origens do Jamary e à sua ancestralidade, o tambor de crioula é uma manifestação que enfatiza o pertencimento étnico dos brincantes. Como em outras comunidades negras rurais do Maranhão, o tambor de crioula expressa a força de sua resistência étnica entre as comunidades rurais no estado. A dança é executada por mulheres, as dançadeiras do tambor, e as músicas são cantadas pelos homens, que tocam os tambores.

Os homens se posicionam em linha, delimitando a área da dança. De frente para os tocadores e dentro de um círculo formado pela plateia e pelas dançadeiras, as mulheres desenvolvem seu bailado. No canto, formado por versos repetitivos, cabe o improviso e os desafios entre cantores. Há referências à mata e seus encantamentos, às mulheres e sua dança, liberdade, alegria de conviver com amigos, de cantar, dançar e viver e às atividades cotidianas. Apesar de o Jamary contar com um grupo de tocadores, é facultado aos homens presentes pedir para substituir um tocador de tambor.

Os responsáveis pela festa servem aos integrantes do tambor bebidas, geralmente conhaque e aguardente. A cantoria segue noite adentro, com pequenos intervalos para esquentar os tambores nas fogueiras próximas aos brincantes. “Foi assim no dia da libertação”, garante Dona Maria Borges. “Papai me contava que os pretos fizeram tambor nas fazendas para comemorar a libertação e cantaram se despedindo até de manhã. **Quando o dia amanheceu, cadê os pretos? Caíram todos no mundo. Meu pai era menino na Fazenda Cajual, meu avô foi escravo lá. Os pretos com a**



Quilombola confeccionando tambor de crioula.
Fonte: Joeliton de Sousa Ribeiro, arquivo pessoal.

libertação foram se espalhando por este mundo afora, encontrando seus irmãos na mata – os mocambeiros – para contar que todos estavam libertos.”

A luta dos quilombolas por seus direitos e por sua autonomia

Na década de 1960 aconteceram as primeiras tentativas de grilagem de terras em Turiaçu. As terras do município até então tidas como devolutas (terras pertencentes ao Estado e que nunca foram de um proprietário particular, ainda que efetivamente ocupadas) começaram a ser requeridas por pretensos proprietários de maneira fraudulenta. A grilagem de grandes parcelas de terra no município obrigou muitos moradores a abandonar suas terras. Foi o início dos conflitos sociais entre pretensos proprietários e posseiros, que se agravaram nas décadas seguintes. Entre 1976 e 1985, o conflito ficou acirrado no Jamary, quando parte de suas terras foram tomadas por pretensos proprietários e pela empresa agropastoril Ceres nas proximidades do Rio Caxias.

As áreas griladas foram desmatadas para implantação de pastos para instalação de projetos agropastoris. Para facilitar esse empreendimento foram instaladas serrarias dentro das áreas, indo de encontro com algo precioso aos moradores dos quilombos da região: a preservação das matas. Ainda na década de 1960, foi introduzido o gado bubalino nos campos naturais da região. Criado de forma extensiva, o búfalo, uma espécie exótica, causou estrago nas áreas de cultivo tradicional. Destruiu plantações, sujou as águas de rios e lagos. Destruiu a vegetação aquática que alimenta os peixes que, em consequência, deixaram de se reproduzir.

O pisoteio dos búfalos compacta o solo e impede a regeneração da vegetação nos períodos de estiagem, além de ser uma ameaça à integridade física dos moradores. “Bicho brabo, trazido lá da Ilha de Marajó”, diz o Sr. Josevaldo. **“Aquilo foi ruim, eles não respeitavam nada. É um gado de difícil trato, suja a água afastando o peixe, corre atrás do povo para machucar, entra na roça para destruir.** Eu mesmo tive parte de minha roça derrubada nesses tempos por búfalos. Tinha um bananal bonito ali em Boa Vista, banana roxa com cada cacho que vou lhe dizer. O gado búfalo entrou ali e derrubou tudo, foi um tempo muito difícil aqui para nós.”

Devido aos conflitos pela terra em Turiaçu, um delegado sindical do povoado Juca, o Sr. Dico Miolo, foi assassinado por homens do Ceres, que já o ameaçavam há tempos. Em defesa dos moradores das áreas atingidas pela grilagem em Turiaçu, o prefeito enviou um requerimento ao governador do estado em 1978, atestando que se tratava de terras devolutas e ocupadas por quilombos antes mesmo que ali se instalasse a Vila de Turiaçu.

O bispo de Turiaçu também se manifestou, apoiando os moradores das áreas atingidas, entre elas o Jamary, enviando em nome da Igreja Católica uma solicitação para que o governo estadual discriminasse suas terras no conjunto das áreas conflitadas. Outras entidades voluntárias e sindicais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turiaçu, a Associação dos Moradores do Quilombo Jamary dos Pretos e a Comissão Nacional dos Quilombos Brasileiros, também se organizaram e enviaram um documento no qual reconheciam

a legitimidade daquelas terras como terras de quilombos ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, solicitando “providências urgentes das autoridades da Nova República, no sentido de que essas terras comunais, ocupadas secularmente, sejam asseguradas às famílias que nela sempre viveram e trabalharam”.

Com as ameaças de subtração de suas terras pelo grupo Ceres, os moradores começaram a se organizar e criaram em 1992 a Associação do Quilombo Jamary dos Pretos. A associação, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turiaçu, e apoiada pelo Centro de Cultura Negra e Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, conseguiu envolver os moradores do Jamary nas discussões de seus direitos para com o território, suas heranças e vivências enquanto comunidade quilombola.

As entidades que apoiavam a comunidade encaminharam ao Instituto Colonização e Terras do Maranhão material relativo ao seu processo de regularização. Foi então firmado um acordo de cooperação mútua entre a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e o Iterma em 25 de maio de 1996. No mesmo ano teve início o processo de expropriação dos imóveis que circundavam o território do Jamary e em julho de 1997 foram emitidos os decretos expropriatórios dos imóveis em questão. Pouco antes da desapropriação, a Fundação Cultural Palmares havia reconhecido o Jamary como comunidade remanescente de quilombos.

Mesmo com a regularização das terras do Jamary em curso, ocorreram ameaças de morte a líderes da comunidade. Em maio de 2011 foi outorgado o título de posse de terra à Associação de Moradores do Quilombo Jamary dos Pretos (entrega do Título de Reconhecimento de Domínio de 6.613 hectares).

Apesar dessas importantes conquistas, a situação dos quilombolas ainda é preocupante, já que os conflitos na área não cessaram por completo. A comunidade ainda tem problemas com os búfalos que ocupam o Campo Baixo e entram em suas terras. Recentemente a área foi cercada pelos donos dos animais para conter a entrada dos búfalos no quilombo, mas essa proteção não dá muitas garantias. Os

quilombolas temem que os búfalos voltem a entrar nas terras e os problemas continuem.

Muito grave também é o conflito com os madeireiros. Os quilombolas reservaram uma área com mata nativa na parte mais recuada do quilombo e os madeireiros entram, geralmente à noite, para roubar a madeira. Já foram feitas denúncias ao Ministério Público, mas as invasões para extração da madeira de lei continuam. Os moradores do Jamary estimam que os madeireiros já tenham cortado cerca de 50% da madeira estocada por eles.

O reconhecimento como comunidade quilombola trouxe alguns benefícios, mas também algumas promessas não cumpridas, como um posto de saúde que a Prefeitura não terminou de construir e agora está desabando. Além disso, foram entregues 80 casas aos quilombolas, mas ainda faltam 66. Por uma resolução do governo federal os recursos disponíveis para esse fim e que estavam no Inbra foram recolhidos e quem passou a administrar essa verba foi a Caixa Econômica Federal. Agora as próprias famílias estão finalizando as construções com a expectativa de serem reembolsadas.

Quanto aos benefícios, a comunidade já conseguiu melhorias na estrada que dá acesso ao quilombo; eletrificação rural; poço artesiano para abastecer as moradias, além da implantação de duas escolas: a Escola Municipal Severa Mafra e a Escola de Alternância Raimundo Souza. A escolha dos nomes é uma homenagem aos mais antigos moradores da comunidade, já falecidos, mas que viram o início do processo de reconhecimento do quilombo no fim dos anos 1990.

Este texto foi redigido por Ana Cristina Pinheiro a partir do Laudo Antropológico de Jamary dos Pretos, Município de Turiaçu, Estado do Maranhão, janeiro de 1997, elaborado pelos antropólogos Eliane C. O'Dwyer e José Paulo F. de Carvalho, com informações adicionais do livro "Jamary dos Pretos: terra de mocambeiros", da Coleção Negro Cosme: volume II, São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1998, 346p.

Uma palavra da comunidade

Jamary dos Pretos

Nós, quilombolas do Jamary, temos um sonho que acalentamos há cerca de um ano. É a fundação de uma casa de cultura com biblioteca, museu e espaço para o Tambor de Crioula “Filhos do Jamary” e para expormos o artesanato produzido pela comunidade. Ainda é um projeto em construção, mas vem envolvendo cada vez mais os moradores. A comunidade sempre recebe estudantes interessados em conhecer a história do quilombo. Essa procura nos sensibilizou para a importância do projeto, sobretudo para a manutenção da história dentro do próprio quilombo. A ideia já foi lançada numa assembleia da Associação Rural dos Moradores do Quilombo Jamary dos Pretos e também no grupo da comunidade numa rede social da internet.

O local para nossa Casa de Cultura já está escolhido: a antiga igreja de Nossa Senhora das Graças, que teve problemas com o telhado, mas já passou por uma avaliação e foi restaurada para esse fim. A princípio, museu e biblioteca dividirão o local. Posteriormente, serão desmembrados e cada um terá seu próprio espaço. A biblioteca inicialmente será composta pelo acervo pessoal dos quilombolas, mas planejamos fazer campanhas para arrecadação de livros.

Com o intuito de compor o acervo do museu, os alunos da Escola Municipal Severa Mafra têm feito excursões aos locais próximos às antigas fazendas e onde provavelmente teriam sido os primeiros ajuntamentos de negros aquilombados. Durante essas atividades, eles recolhem todo o material relevante que encontram. São peças ou fragmentos de louças antigas, chaves, panelas, além de fragmentos de tachos que teriam pertencido às fazendas para fazer melaço e rapadura e depois foram divididos e aproveitados para fazer farinha nos mocambos. Eles já percorreram duas áreas, mas ainda há muito mais a explorar. Todo esse esforço é para manter viva a memória e as tradições do quilombo.

O nome da Casa de Cultura prestará homenagem a duas pessoas muito importantes na história recente do quilombo: Ivan Rodrigues Costa e Emídio Silva, já falecidos. Ivan Costa foi pesquisador do Projeto Vida de Negro, do Centro de Cultura Negra e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, e esteve presente desde o início do processo de reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo. Emídio Silva, morador do Jamary e ex-presidente da associação, também era profundo conhecedor das lutas pela conquista e reconhecimento das terras do Jamary. Até recentemente, era o responsável por organizar a comunidade para fazer as medições da área do quilombo e limpeza dos marcos, cuidados necessários para evidenciar a ocupação do território quilombola e evitar invasões. A data provável para a inauguração da Casa de Cultura é 20 de novembro de 2015, Dia da Consciência Negra e a data em que se completam cinco meses de morte de Emídio Silva.



Crianças na Escola Municipal Severa Mafra

Este texto foi redigido por Ana Cristina Pinheiro em diálogo com o Sr. Elivaldo Ribeiro, integrante da diretoria da Associação de Jamary, com a Profa. Lindionora Ribeiro, da Escola Municipal Severa Mafra e com o fotógrafo Joeliton Sousa Ribeiro.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Wallace Santos, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques, Alexandre Sampaio
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Cláudia Marques Oliveira, Isabella G. Miranda, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586q Silva, Ana Cristina Pinheiro da
Quilombo Jamary dos Pretos / Ana Cristina Pinheiro da Silva.
- Belo Horizonte : FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Jamary dos Pretos – MA de Eliane Cantarino O'Dwyer e José Paulo Freire de Carvalho.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. O'Dwyer, Eliane Cantarino. Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Jamary dos Pretos – MA 4. Carvalho, José Paulo Freire de . Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Jamary dos Pretos – MA . I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.